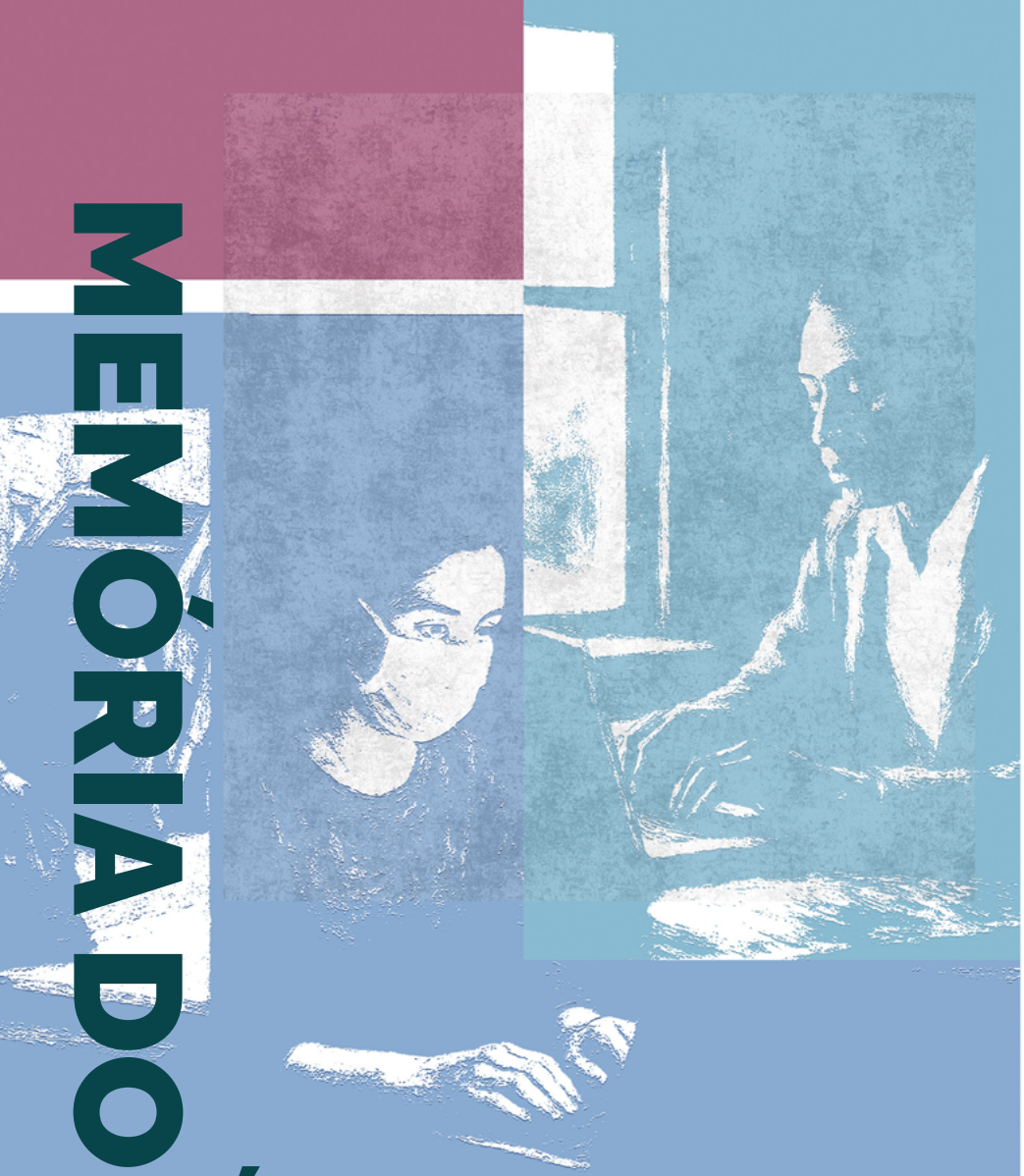
MEMÓRIA DO OFÍCIO DOCENTE

na Pandemia do Covid-19









FERNANDA SPANIER AMADOR
MARIA CAROLINA DE ANDRADE FREITAS
MARIA ELIZABETH BARROS DE BARROS
FABIO HEBERT DA SILVA
(Orgs.)

pimenta cultural

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M533

Memória do Ofício Docente na Pandemia de Covid-19 / Organização Fernanda Spanier Amador... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Demais organizadores: Maria Carolina de Andrade Freitas, Maria Elizabeth Barros de Barros, Fabio Hebert da Silva.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-506-0
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-506-0

1. Memória. 2. Ofício Docente. 3. Pandemia de Covid-19. 4. Narratividade. 5. Clínicas do Trabalho. I. Amador, Fernanda Spanier (Org.). II. Freitas, Maria Carolina de Andrade (Org.). III. Barros, Maria Elizabeth Barros de (Org.). IV. Silva, Fabio Hebert da (Org.). V. Título.

CDD 371.102

Índice para catálogo sistemático:
I. Educação – Prática Docente
II. Pandemia - Covid-19
Simone Sales • Bibliotecária • CRB: ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<*https://creativecommons.org/licenses/*>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Paulo Carim Bevilacqua
Tipografias	Acumin, Raleway, Gloria Hallelujah
Revisão	Milena Domingos
Organizadores	Fernanda Spanier Amador Maria Carolina de Andrade Freitas Maria Elizabeth Barros de Barros Fabio Hebert da Silva

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2026







2

Patrícia Krieger de Oliveira
Fernanda Spanier Amador
Maria Carolina de Andrade Freitas

MEMÓRIA E TESTEMUNHO:

FERRAMENTAS POLÍTICAS PARA DIZER E FAZER VIVER O OFÍCIO DOCENTE NA PANDEMIA[1]

1 As autoras deste capítulo contaram com financiamento do Edital Universal CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021/ Processo CNPq 409825/2021-2 e Edital nº 01/2022 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO À PESQUISA – PAPQ/UEMG e Edital PIBIC 004/2025 - PROPESQI - Pro-reitoria de Pesquisa e inovação da UFPE. Com bolsista CNPQ de iniciação científica.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-506-0.2





SUMÁRIO



"Como se, no rastro da separação dos mundos, um sentido ateasse outro sentido, um corpo ateasse outro corpo, um gesto ateasse outro gesto; criando, nesse entre-dois, um lugar intenso e frágil (...) manter-se no entre-dois como o enclave aberto da pátria humana", como diz Vilela (2012; p. 58).

...manter-se no entre-dois como o enclave aberto da "mátria" humana, diríamos com Caetano.

A pandemia de Covid-19 assolou o mundo com incerteza, medo, insegurança, entre tantos outros afetos que fizeram questão aos nossos modos de viver e trabalhar. O Brasil vivenciou milhares de mortes entre os anos de 2020 e 2022, acompanhadas do negacionismo protagonizado pelo Governo Federal da época, e por parte da população que o apoiava, além dos movimentos que visavam impedir dados fidedignos de saúde e o acesso às vacinas. As narrativas do terror que vivemos, a exemplo de outros momentos que produziram uma história oficial silenciadora, nos mostraram a importância de seguirmos construindo memória e testemunho.

Memória que aqui entendemos como processo coletivo de invenção e de coemergência subjetiva em meio às relações que estabelecemos, antes que como experiência acumulada de um sujeito. Memória que possibilita conexão entre o corpo, considerado centro de afecção das forças do mundo, e as imagens do universo que possibilitam ampliar nosso raio de ação, uma vez que a memória amplia nossa percepção impregnada de lembranças (Bergson, 1999). Memória que, quando compartilhada, produz um bem comum que nos une e pode oferecer-se como ferramenta política.

Já o testemunho, que conforme Vilela (2012, p. 58) "é sempre um gesto impossível de apresentação e compreensão de uma





SUMÁRIO



experiência radical", comparece nas linhas deste capítulo notadamente pela via da psicologia e da psicologia social[2] (Seligmann-Silva, 2005), permitindo-nos abordar o tema do ponto de vista da narrativa da situação traumática, das histórias de vida e do ofício docente na pandemia. Para Seligmann-Silva (2005, p. 77), "este espaço assombrado aberto pela poética do convencer, onde criação e 'verdade dos fatos' embatem-se, é o próprio terreno onde o testemunho se dá". Testemunhar para nós consiste então em destruir e recriar, atacar e refazer o ofício docente em meio e a partir da pandemia e do teor catastrófico daquele momento, apostando no caráter acontecimental do ofício, seus traços de deslocamento do real em sua evidente força de interpelação e, igualmente, como ferramenta política. Memória e testemunho enquanto ferramentas políticas consistem, assim, em meios para gestão da vida coletiva.

O espaço criado pela pesquisa da qual tratamos neste livro, visando produção de memória do ofício docente, abarca histórias diversas, incluindo narrativas oníricas, ficcionais e imagéticas que permitem que elas sejam contadas e compartilhadas a fim de seguirem sendo sustentadas. Trata-se da criação de um meio para olharmos para essas histórias e para nos dispormos a escutá-las na dimensão de seu testemunho e na força dialógica que mantém o ofício vivo. Assim, o sonho, a imaginação, a ficção e a escrita são ferramentas narrativas do testemunho, em uma perspectiva clínica do trabalho que se ocupa de analisar as articulações entre trabalho, subjetividade e saúde.

Considerando-se que professoras e professores precisaram encontrar novos modos para seguirem trabalhando na pandemia, uma vez que a organização do trabalho foi perturbada diante de algo nunca antes vivido, e que tal acontecimento, ao mesmo tempo em que sacudiu as referências anteriores, colocou novas questões ao

2 Segundo o autor, o testemunho tem sido objeto de conceitualização e análise em distintos campos, tais como: teologia, esfera jurídica, psicanálise, etnologia, literatura, psicologia e psicologia social.





SUMÁRIO



ofício exigindo rápidas e urgentes modificações nos modos de fazer a experiência do trabalho, a emergência do real[3] do trabalho em toda a sua resistência se fez presente impelindo a produção de (trans) bordas "para si e para os outros" (Betts, 2018, p. 122).

Autores que estudam a respeito da experiência traumática, consideram a pandemia de Covid-19 como produtora de um trauma coletivo (Dunker; Perrone; Iannini; Rosa; Gurski 2021). Essa perspectiva entende que a história como trauma nunca é apenas nossa, uma vez que ocorre em diálogo com a história dos outros. Assim, ao lidarmos com a história do trauma que é nossa, abrimo-nos à história traumática e silenciada do outro, conforme nos indica Seligmann-Silva (2022). Nesse sentido, a pandemia por Covid-19 colocou-nos o desafio de pensar o trauma enquanto acontecimento. Isso significaria assumir os paradoxos experimentados mediante esta crise sanitária e política, atestando-a não apenas como um marco histórico de importância inconteste, que traduziria uma configuração problemática macropolítica como fato de grandes proporções e efeitos, mas, ao mesmo tempo, indicá-la principalmente como uma dimensão singularizante de experimentação da vida afetada por cada um e por todos, a partir das tantas e diversas situações e contextos com seus diferentes condicionantes sociais.

O caráter acontecimental da pandemia e sua abertura-e-feito traumático reside justamente nas tantas possibilidades de gestos que derivam dessa experiência-limite, como certa lacuna, mas sempre singular, de enfrentamento, perda e encontro com uma multiplicidade singular (Deleuze, 2013). Colocar a pandemia como acontecimento significa compreendê-la não apenas pelo seu caráter factual e histórico de agigantadas proporções, mas sim por sua força

3 Para Clot (2006; p. 116), "[...] o real da atividade é também tudo o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir - os fracassos -, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso - o que é um paradoxo frequente - aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem que fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer. Sem contar aquilo que se tem de refazer".





SUMÁRIO



disruptiva que esgarçou os exercícios viventes singulares em reconfigurações inéditas e traumáticas.

O acontecimento como devir nos relança a uma análise da crise sanitária e política que não se restringe aos termos apenas biológicos, sanitários, econômicos ou políticos, em estrita definição. A pandemia como acontecimento, e seu valor traumático, abre-nos a uma experiência radical, donde precisamos perguntar sobre nossa inumana impossibilidade de tradução, em uma relação extraproposicional de vinculação com a imanência, com o campo sensível, com a potência de recuperação do mundo e como um infinito exercício de diferenciação de forças em nós e no mundo. Ao indicarmos um trabalho de testemunho frente ao traumático deste acontecimento, estamos mesmo tentando estabelecer uma análise do ofício docente pelo avesso de uma língua que perpassa a vida de todas e de todos nós que a experimentamos. Trauma esse que produziu efeitos sociais importantes e atingiu a população de modo inconteste, ainda que distintos ao considerarmos os marcadores sociais da desigualdade tão expressivos em nosso país.

Nesse contexto, docentes da rede pública de educação básica se depararam com o desafio de continuar seu trabalho, de permanecerem ensinando e orientando seus alunos na modalidade a distância e/ou híbrida, sem que tivessem disponíveis ferramentas e conhecimentos suficientes para tanto, nem condições de trabalho adequadas para isso, diante da emergência de tantas questões que se apresentavam ao ofício, bem como da já existente situação de precariedade que atinge particularmente o trabalho docente na rede pública brasileira. Seus relatos, não diferentes da maioria da população, trazem o medo da morte de si e do outro e, no que trata das suas atividades laborais, tem-se, ainda, o medo da morte do ofício. Afinal, como dar sentido e continuidade a esse trabalho, sem o encontro, tal como acontecia antes, com seus pares, e com o desafio da continuidade do ensinar, acompanhar e cuidar em meio a tanto risco de morrer e de matar?





SUMÁRIO



> **Professora:** *Não, nada disso, na verdade o que que acontece, tem lá um protocolo, que aí é, estudante testou positivo, as pessoas que tiveram contato têm que ser informadas, só que eu tive contato com ela na semana passada e agora já estou em contato com outros alunos, né, então não sei como é que eles vão fazer nesse caso, porque já mudou a semana, já tô com outros alunos, e eu passo por sete turmas, então eu não sei como é que eles vão fazer. Mas o protocolo seria agora todo mundo fazer teste, né, mas eu posso continuar trabalhando até saber o resultado, teste positivo ou não, porque eu tô sem sintomas, é uma coisa muito louca, assim, uma coisa meio enrolada, é difícil. (...) enfim, é o... será que foi tudo minha culpa, era isso que eu falava quando eu disse da dança do covid, né, mês passado eu tava trabalhando com yoga com eles, e aí eu fiquei... eu tenho vários exercícios de respiração, e aí eu dizia puxar pelo nariz solta pela boca, solta pela boca... não solta pela boca, tipo dá um bug, assim, ó meu Deus do céu, o que que eu tô falando, o que que eu tô fazendo, para a aula, não respira, cancela, não respira!* (Fragmento oral de uma participante da roda de conversa registrado nos arquivos da pesquisa).

"Não respira", diz a professora, "não respira para que continuemos vivas, vivos..." De fato, não havia precedentes de ofício para lidar com uma situação como aquela. Para enfrentar o real altamente ameaçador dos tempos de pandemia exigiu-se de professoras e professores que corressem certos riscos a fim de lograrem êxito em um trabalho quase irreconhecível.

Este capítulo está entremeado por uma história postada na plataforma da pesquisa chamada a Distopia é Aqui[4]. A cada subseção, um trecho dessa história-memória-testemunho, que é trazida na íntegra, comparece como fagulha a manter aquecida a produção desejante de um bem comum que nos una, em uma espécie de poética dos sobreviventes.

4 Ver https://memoriadooficiodocente.com/rs-narrativa-de-atwood-a-distopia-e-aqui/ e/ou no capítulo Narrando com restos: desafios do ofício docente, deste livro.





SUMÁRIO



EXPERIÊNCIA-LIMITE, TRAUMA E TESTEMUNHO NA PANDEMIA

2020. Disseram, nos primeiros momentos avassaladores da pandemia – quando o problema ainda estava em outro continente, devastando os colonizadores –, que sairíamos melhores, que aprenderíamos muito. Mentira! Devastados pela morte, seguimos os mesmos. No Brasil, tudo pior. Em nosso território – que já se apresentava como uma distopia política, bem à moda "1984" – a Covid-19 foi incapaz de interromper nossa cegueira e, diferentemente do que nos disse Saramago, seguimos cegos, sem ver, sem poder reparar. Não reparamos a diferença social ou a indiferença diante do outro. Mesmo mergulhados em dor ou flertando com a tristeza, as instituições se mantiveram, os prédios seguem de pé, entre eles, as escolas.

As escolas seguem onde sempre estiveram. Os professores e as professoras, embora revirados, seguem onde sempre estiveram: habitando o verbo esperançar. A escola sem os e as estudantes é apenas um conjunto de tijolo, tinta e cimento. Sem estudante, não há professor, não há professora. Sem encontro, não há mediação. O complexo cenário distópico teve fases distintas: do isolamento pleno à entrega de folhas soltas, sem voz ou olhar, sem humanidade. Depois, professores e professoras foram convocados – como se prestes a lutar uma guerra – a habitar as escolas – muitas das quais ainda estavam sem estudantes, que se mantiveram em casa – com sorte, diante de um computador, frequentemente, distantes de tudo e de todos, desconectados, apartados.

https://memoriadooficiodocente.com/rs-narrativa-de-atwood-a-distopia-e-aqui/





SUMÁRIO



Pensar os desafios colocados ao trabalho em meio a urgência da invenção de novos meios para seguir trabalhando em um contexto de potencial traumático vivenciado durante a pandemia de Covid-19, incita-nos a pensar nas experiências de trabalhadoras e sua relação com o ofício, tanto do ponto de vista daquilo que chamamos de os "limites da experiência", quanto da "experiência-limite".

Quando Foucault se debruçou sobre os temas do saber, do poder e da subjetividade, apresentou elementos do conceito de experiência e abordou os "limites da experiência" como sendo o que diz respeito ao que dá forma e produz o louco, o perigoso, o vagabundo, nossa cultura, nossa identidade e conta nossa história. Por outro lado, podemos pensar que a "experiência-limite" trata, a partir da experiência trágica, do que carece de tais contornos e limites, do que produz o contraditório e atenta para o ilimitado, o sem fundo, o indiferenciado, ou seja, o limite enquanto possibilidade (López, 2011).

Pensar esse limiar entre o limite da experiência e a experiência-limite implica para nós, então, em debruçar-nos sobre o meio criado por docentes para seguirem trabalhando nessa relação entre morte e luta para viver e trabalhar que caracterizou os tempos pandêmicos marcados por uma linha frágil entre o viver e o morrer. Implica em analisar com as pessoas, na e pela docência, a respeito de como se viram acionadas em experiências-limite a criar novos possíveis, a fim de defender a vivacidade do ofício docente. O contexto pandêmico nos aguçou o intolerável, nos apresentou o nunca vivido, o desconhecido, o "a ser criado".

Diante das infidelidades do meio (Canguilhem, 2009) que marcam a gestão de todo e qualquer trabalho e leva à criação de meios para dar conta de seus intempestivos e inusitados, infidelidades do meio que se afiguram como zona de indeterminação que nos permitem inventar e criar novos territórios existenciais, a pandemia de Covid-19 nos impôs um certo "corte" físico e subjetivo que mobilizou afetações dos corpos de modo peculiar. Foi como se, por limites





SUMÁRIO



da experiência, passássemos a habitar experiências-limite que poderiam nos levar à expansão coletiva que possibilitariam defender o ofício e produzir saúde, bem como a constranger essa mesma verve coletiva. Essa condição, agravada pelas necropolíticas instauradas pelo governo da época, contribuíram, ainda mais, para o que autores trazem como um trauma coletivo vivido na pandemia.

A experiência que estava sendo vivida na pandemia, que poderia ser traumática, tal como o medo do matar e de morrer expresso pela professora e o acompanhamento da morte de milhões de pessoas, encontrava escasso espaço de compartilhamento e de reconhecimento e proteção estatais. O trabalho coletivo e o coletivo de trabalho (gênero profissional)[5], que são meios de compartilhamento e dissolução daquilo que produz violência para um destino ético da força vital que transforme o *status quo*, sofreram forte abalo.

O componente coletivo do trauma compreende às violências históricas cujo trabalho se dá no compromisso entre a memória individual e a da sociedade. A ausência de escuta das situações de impasse e violências implica a impossibilidade de dizer, podendo produzir sua desistência, dinâmica que fragiliza a criação de meio e de coletivo para o enfrentamento a tais condições. Ao mesmo tempo, a força desestabilizadora do trauma carrega como possibilidade a busca de novas formas de organização subjetiva, ou seja, de criação de algo novo, como contribui Rauter (2011 *apud* Refosco; Lara, 2014).

A criação de meio, entendida como construção de possibilidades por trabalhadoras e trabalhadores para agir, tem aqui o intuito de criação de novos contornos para a experiência, de compartilhamento

5 O gênero profissional funciona como suporte para que a ação ocorra de forma segura e eficaz. Ampara um coletivo na realização das suas atividades, pois permite a ação sem que se verbalize o que foi realizado numa determinada situação. Ao contrário do trabalho coletivo, o coletivo de trabalho é entendido não como a soma das trabalhadoras, mas enquanto um modo de funcionamento do trabalho pautado na diferença e no diferir, que permita seus devires, e a expansão do poder de agir pelo trabalho, ou seja, é condição para que a atividade permita a renovação da experiência, em uma perspectiva por onde a experiência seja geradora de outras experiências (Rocha; Amador, 2018).





SUMÁRIO



do vivido, de narrar e transmitir, a fim de dar continuidade à dimensão coletiva do ofício e de produzir memória. Criação de meio para não sucumbir, inclusive, diante dos modos oficiais e violentos perpetrados pelo governo em tempos de pandemia de Covid-19.

Contar, imaginar, ficcionar, escrever, foram movimentos instigados por nossa pesquisa e construíram dispositivos de sustentação da memória em curso. Antelme (1957 *apud* Seligmann-Silva, 2008) diz que a imaginação se apresenta como meio para enfrentar a crise do testemunho, servindo de arma para auxiliar o simbólico e para enfrentar o real do trauma. A imaginação é meio para narrá-lo, na perspectiva do testemunho. Esse é o híbrido de singularidade e de imaginação; oscila entre a literalidade traumática e a literatura imaginativa, é uma modalidade de memória que se produz em conjunto com a imagem. A partir do que Benjamin fala a respeito da técnica do artista (e do intelectual), que extrai da ação um novo e poderoso espaço para a imagem, Seligmann-Silva (2008) atenta que, para além da narrativa testemunhal, se trata da arte testemunhal, ou seja, práticas imagéticas do testemunho que se põem a serviço de novas sensibilidades.

Trata-se de convites à vida e à potência, uma vez que traz a possibilidade para o despertar subjetivo e político, diante do que vivemos pelo trabalho na pandemia. Não apenas o entendimento do desamparo e do sofrimento, o pensamento e a reflexão sobre o mal-estar que vivemos, mas a busca de alternativas coletivas para formas de resistência. Trata-se de uma oferta ao outro, da leitura pelos outros, criando uma possibilidade de escuta e do estabelecimento de relações de confiança, crucial para o ofício tão atacado nos contextos contemporâneos de trabalho. Confiança como o que ampara o outro na queda para se extrair uma nova existência, como diz Rolnik (1994 *apud* Sade *et al.*, 2014), e enquanto abismo de sentido para se encontrar o sentido do que está além da fala, como refere Borges (2019).

Con-fiar/fiar-com é compartilhamento da experiência e potência de agir, é pista importante para criar um meio para experiências





SUMÁRIO



não compartilhadas. É, especialmente, meio para o reconhecimento da experiência do outro e de conexão com o mundo e com a humanidade, dimensão ética importante para lidar com as violências e com o traumático. Uma vez que a violência incide nos laços sociais, tais ferramentas nos são caras na construção desses laços através do endereçamento ao outro, aos pares, por meio do ofício. Trata-se de um devir coletivo, onde o testemunho se apresenta como ferramenta para a defesa do ofício e da saúde.

Nesse sentido, entendemos a importância de contarmos a história do ofício, sua dimensão clínica e política que possibilita produzir sentimentos de pertença coletiva e possui o caráter de testemunho possível de ser transmitido. O testemunho testemunha uma dor, ao mesmo tempo uma ausência, uma perda, um limite, mas também uma presença, um encontro, um instrumento. O caráter testemunhal do acontecimento porta uma chance de transmissibilidade como potência aberta e gesto de recuperação do mundo. A história do ofício carrega sua história oficial, mas a transborda e se expande pelos seus fracassos, restos, derrotas e tentativas, além de possibilitar que as trabalhadoras[6] possam com ela se ocupar. Enquanto a história oficial carrega sua narrativa reinante, se quer continuamente reforçada, "apaga" seus acidentes e produz impedimentos da sua dimensão problemática, a história do ofício permite abarcar a criação de novos problemas que colocam em questão os modos de trabalhar, subjetivar e narrar (Fernandes, 2017). Como atenta o autor, (*Ibid.*, p. 72): "uma história de conflitos que se recebe e que se faz sua, para que seja usada, narrada e continuada. Duas continuações diversas – uma por esconder as descontinuidades e conflitos, outra por sustentar uma narrativa", essa necessária à continuidade do ofício e que ganha especial atenção neste artigo pelas especificidades de um contexto pandêmico.

6 Neste capítulo decidimos usar a forma trabalhadoras e professoras para situar não somente que o grupo acompanhado que inspirou a elaboração deste capítulo foi composto apenas por mulheres, mas também por uma aposta de afirmação da transversalidade do gênero na questão do ofício.





SUMÁRIO



Ter acesso a uma história do não dito, a um trauma coletivo não ressignificado, parece colocar trabalhadoras e trabalhadores no lugar do sofrimento, em meio ao não dizer, a não escutar. No viés que tratamos aqui, a memória é se quer democrática por ser polifônica, ou seja, ao "operar no limite do social e do subjetivo, ela pode historicizar as zonas irrepresentáveis e emudecidas que podem criar um novo laço social, um sujeito da palavra que possa romper com as verdades rechaçadas" (Perrone; Moraes, 2014, p. 36).

O que se apresenta ao ofício docente, em tempos de pandemia, refere-se a esse trauma coletivo vivenciado na pandemia, seguido da emergência de dar continuidade a um trabalho fortemente abalado em sua construção anterior. Nessas experiências, que também carregam o testemunho do vivido, esse se coloca, ao mesmo tempo, como o que permite a construção de uma nova atitude ética, de uma nova operação por meio desse trabalho. Nesse sentido, Vilela (2012, p. 145) nos apresenta importantes questões para seguirmos: qual a relação entre o testemunho, a experiência, a sobrevivência e o silêncio? Como dizer esse acontecimento através de uma linguagem de ninguém? Não serão a ficção, o relato oral, o testemunho, os lugares privilegiados em que a dor, por um lado, e o relato do mal, por outro, podem ser postos a nu na sua crueldade compartilhada?

Não se trata de sacramentar a memória do que as trabalhadoras viveram na pandemia, em uma "cristalização da figura da ação num tempo passado fechado sobre si mesmo" (Vilela, 2012, p. 146), mas seguir contando, seguir compartilhando, como meio de ação, de defesa do ofício e de saúde. Todorov (2008) chama atenção para uma memória que passa a ser institucionalizada, como forma de culto ou sacralizada, que retira seu movimento e a torna estéril. É nessa perspectiva que Vilela (2012) dialoga com Marc Augé, quando trata da necessidade do esquecimento para o trabalho da memória. Tal esquecimento não se refere ao evento em si, mas a "uma impressão que perdura na memória" (Vilela, 2012, p. 148) a partir dos nossos órgãos dos sentidos; é força viva da memória sendo a recordação o seu produto.





SUMÁRIO



DE TESTEMUNHO E CLÍNICAS DO TRABALHO: UMA ÉTICA DO INACABADO

O lacunar resumo não contempla minha trajetória: eu, professora, deixei o prédio da escola em março de 2020 e até hoje, setembro de 2021, não retornei. Durante quase um ano, conversei apenas por e-mail com os e as estudantes. Ou melhor, "conversei". Você, leitor, leitora, já tentou trocar e-mails com estudantes de sétimo ano? Garanto: não é fácil! Meus materiais ficaram lindos – aos poucos, aprimorei layouts e passei a prever um interlocutor, sempre começando com "olá, pessoal". Em geral, a resposta foi o silêncio. Em 2021, do arquivo em PDF, nossa escola passou a ser o Moodle e o Google Meet. Ah... a alegria de ver os e as estudantes. A alegria de ouvir a voz de cada e de cada uma... Mas durou pouco! Você, leitor, leitora, já tentou manter o engajamento de estudantes de sexto ano, após um ano de pandemia, durante meses? Eu digo: é impossível. As carinhas faceiras deram espaço a bolotinhas com fotografias; as muitas vozes tornaram-se poucas vozes. Um prédio, mesmo com estudantes e professores e professoras, se não promover encontros, é apenas um prédio e não uma escola.

Desde março de 2020, não estou na escola, mas ainda sou professora. Ainda faço chamada – "Por favor, pessoal, estou em outra tela, me digam se o/a colega responder no chat". Ainda preparo materiais – mais simples, mais sucintos. Ainda elaboro propostas de produção textual, ainda promovo momentos de leitura em voz alta e de debate daquilo que foi lido. Ainda sou professora, mesmo atravessada por





SUMÁRIO



uma tela, mesmo sem ver 80% dos estudantes. Ainda sou professora – porém sem minha mala de livros, sem visitas à biblioteca, sem carimbos decorativos nas correções.

Ainda sou professora, mas estou partida. Estamos. Partimos de um tempo passado e de uma ideia de escola cuja estruturação tinha muitos problemas. Partimos sem destino, porque ninguém consegue planejar o amanhã. Estou partida ao meio, porque distante dos e das estudantes. Se eu, adulta, estou partida, como estão meus e minhas jovens estudantes? Como é habitar a juventude e ser vista e ouvida apenas pela lente do computador? Estamos partidos e partimos para o antigo prédio, ao qual damos o nome de escola.

https://www.ufrgs.br/memoriadooficiodocente/rs-narrativa-de-atwood-a-distopia-e-aqui/

Yves Clot (2015), ao dialogar com o conceito de regeneração de Spinoza (*conatus*) – que defende que a conservação do corpo humano "precisa de um número muito grande de outros corpos pelos quais é continuamente regenerado" (Spinoza, 1677/1965 *apud* Clot, 2015, p. 4) –, permite-nos entender que o coletivo e os afetos regeneram a atividade das trabalhadoras, e que estamos ante um grande desafio quando de suas rupturas. Trabalhar enquanto atividade[7] não implica simplesmente em fazer coisas, mas em poder agir, e a atividade depende da criação de meio em sua dimensão

7 A atividade, no âmbito do trabalho das clínicas do trabalho, se dá na distinção entre trabalho prescrito e trabalho real. Ela gere essa distância e pode ocorrer tanto para a realização efetiva da tarefa, como também contra ela. Como explica Clot (2006), a atividade produz um meio de objetos materiais, simbólicos e de relações humanas ou, mais exatamente, recriação de um meio de vida. A atividade implica o que se precisa despender de si mesma em termos físicos e psíquicos, e torna-se visível nos diferentes modos de linguagem, além da fala. A mobilização das operações manuais e intelectuais, que fazem parte da atividade e não se reduzem à sua prescrição, precisam ser pensadas por meio dessa experiência. Trata-se de sustentar a questão da subjetividade por entre as operações da experiência e da atividade, por onde a dimensão social é consubstancial às emoções que fazem parte delas.





SUMÁRIO



insubordinada, já que "a atividade não consiste em agir por consentimento à norma" (Silva; Amador; Oliveira, 2021, p. 11).

No âmbito das clínicas do trabalho, o acontecimento remete às infidelidades do meio, que trata do que não é previamente estabelecido, mas do que é gerido, o tempo todo, pelas e pelos docentes no real do trabalho, isto é, por entre aquilo que fazem, que não fazem, que pensam em fazer e não fazem, por entre os sucessos e os fracassos das estratégias empregadas para trabalhar diante das infidelidades do meio. No contexto de pandemia, agravado pelos modos neoliberais e pelas práticas de governo que anunciavam a prioridade econômica e individualista no trato com as vidas, em suas práticas necropolíticas, tais infidelidades ganham outra proporção e dimensão, outros desafios, ao mesmo tempo em que seus espaços e tempos são abalados.

Nesse sentido, as infidelidades precisam ser sustentadas e compartilhadas enquanto exercício problematizador do ofício, por onde se traça o meio para a produção de novos modos de trabalhar a partir do coletivo de trabalho (gênero profissional), e nos é questão central para garantirmos a defesa do ofício. A estilização[8] do gênero profissional se faz necessária como modo de resistir à sua mortificação ou necrose, ou seja, enquanto movimento para fazer viver o ofício no presente, o que exige o compartilhamento e a afirmação do coletivo do trabalho e é condição para a saúde das/dos docentes. O espaço de compartilhamento, através da plataforma da pesquisa, pode ser pensado enquanto ferramenta para estilização do gênero profissional, uma vez que possibilita narrar para manter o gênero em funcionamento, manter as/os docentes conectadas/os com o seu ofício, a fim de enfrentar as experiências

8 A estilização é o que dá vida ao gênero profissional (seu caráter multifacetado) e permite sua transformação. O gênero profissional depende das variações produzidas pelas diferentes trabalhadoras, na relação com o meio, e deve ser constantemente reavaliado e estilizado, pois corre o risco de necrosar.





SUMÁRIO



e fragmentações que desconectam o corpo do ofício e do mundo. Nesse sentido, a estilização precisa se fazer testemunhal, sustentar seus movimentos de dizer e suas afecções, para seguir sua transmissão e continuidade histórica, uma vez que a história do gênero é possibilidade de ações futuras, que abarcam "a experiência formalizada, elaborada, transmissível e renovável" (Clot, 2010, p. 92), um espaço para a memória do ofício.

Trata-se, dessa forma, de gerir a dimensão não antecipável do trabalho e contar essa história. Uma história contada pelo ofício que entende a importância do fazer meio para agir, mobilizando recursos a serviço de dar contornos diferentes ao trabalho daqueles que lhes são impostos. A continuidade da história de um meio de trabalho ocorre somente em suas contribuições estilísticas, acrescidas do gênero profissional que "vive seu presente, lembra seu passado e elabora uma memória para predizer" (Clot, 2010, p. 127). Infidelidades do meio que, quando encontram o ímpeto para agir, expandem sua potência ética. Nesses movimentos, entre a tomada da vida e suas brechas, pela experiência de docentes em tempos de Covid-19, nos interessa acompanhar suas implicações clínicas. Contar a história do ofício no contexto pandêmico é modo de testemunho que, por sua vez, é entendido aqui enquanto ferramenta de defesa do ofício e, consequentemente, de saúde de professoras e professores.

Vilela (2012) atenta para um pensamento que as palavras não podem captar, que apenas os corpos se dão a sentir e que, nos movimentos do corpo, o silêncio é um ato de incorporação de sentido.

> [...] o corpo daquele que testemunha cria os seus próprios desertos: num contínuo movimento de abertura ao impossível, cada gesto assinala um acto que faz nascer no corpo do mundo um sentido incontido. Como se, no rastro da separação dos mundos, um sentido ateasse outro sentido, um corpo ateasse outro corpo, um gesto ateasse outro gesto; criando, nesse entre-dois, um lugar intenso e frágil (Vilela, 2012, p. 58).





SUMÁRIO



Essa forma poética de habitar o mundo, seja pela palavra ou pelo gesto, é apresentada pela autora como uma ética do inacabado. Trata-se do "manter-se no entre-dois como o enclave aberto da pátria humana" (Vilela, p. 57-58). Trata-se de ocupar um "entre-dois" que, enquanto meio, encontra-se com um outro meio, aquele que em sentido canguilhemniano refere-se a um "em meio a". Assim, o testemunho aqui se apresenta como espaço do entre, como possibilidade para os diversos modos de "se dizer o trabalho" e favorecer "a produção de outras histórias no trabalho e outras direções éticas durante o que se faz" (Amador *et al.*, 2016, p. 421).

Pela perspectiva das clínicas do testemunho, Seligmann-Silva apresenta a função do testemunho de estabelecer uma ponte com "os outros" e de (re)ligar ao mundo, em meio a uma carência absoluta de narrar. O testemunho, na perspectiva de sua clínica, exige a transmissão, a "tarefa do testemunho é pensar a 'metarrealidade' que sobrevive à destruição da realidade" (Seligmann-Silva, 2022, p. 169). É sempre "cocriação, em que a posição do sujeito frente ao vivido é sempre refabricada, na medida em que as condições sociais do seu relato são impossibilitadas" (Indursky; Kveller, 2018, p. 74). Trata-se de meios criados para resistir ao trauma perpetrado em um calar as singularidades de cada vida e da interrupção dos devires (Rolnik, 2018) e aqui, especialmente, do impedimento do poder de agir no e pelo trabalho.

Nesse impedimento de agir, onde se anuncia a impossibilidade do falar e do ouvir, do (com)partilhamento de histórias, dos espaços de troca para os pensamentos e o planejamento, dos trabalhos com os quais as trabalhadoras estavam implicadas e consideravam bem-feitos - todas elas implicadas na função psicológica do trabalho –, é preciso criar outros meios para a continuidade da ação. Diante desse problema clínico do trabalho, que tensiona e pede espaço para sustentar sua perturbação e para criarmos novos meios analíticos e clínicos, as experiências das trabalhadoras e os meios encontrados por elas para seguir trabalhando exige o





SUMÁRIO



compartilhamento dos seus efeitos e afetos, de modo a criarem possibilidades para a saúde e lutas pela vida.

A expansão do poder de agir, que se serve da experiência para viver outras experiências, como aponta Clot (2010), precisa se dar pelo dizer, pelo escutar, pelos movimentos e gestos do corpo que recuperem e estilizem o gênero profissional para seguir sua transmissão e continuidade histórica. Se as violências e o traumático retiram da experiência um meio de se fazer outra, o testemunho é apresentado aqui como essa possibilidade de criação de meio para sua continuidade, pelo trabalho e em sua dimensão dialógica.

Se o testemunho é um gesto impossível de apresentar e compreender uma experiência radical, como nos diz Vilela (2012), como fazer corpo para criar e habitar desertos, em uma contínua abertura ao impossível, pelo trabalho e na pandemia? Se o possível é criado pelo acontecimento, como sugere Deleuze (2013), e o limite é inatingível para os corpos vibráteis, como refere Rolnik (2018), nos interessa acompanhar seus movimentos e processos constantes de ligação/desligamento pelo ofício para conferir-lhes um sentido.

O testemunho se apresenta, nesse sentido, enquanto espaço para outros sentidos, e pode ser entendido como ferramenta clínica do trabalho para a defesa da vida pelo ofício docente tão fortemente abalado pela pandemia. A atividade implica o que se despende de si mesma/o em termos físicos e psíquicos, e torna-se visível nos diferentes modos de linguagem, além da fala. Ao considerarmos que a mobilização ética é uma operação fundamental para a defesa do ofício e a mobilização das operações manuais e intelectuais, que fazem parte da atividade e não se reduzem à sua prescrição, precisam ser pensadas por meio dessa experiência, entendemos a importância de sustentar a questão da subjetividade por entre as operações da experiência e da atividade, por onde a dimensão social é consubstancial às emoções que fazem parte delas.





SUMÁRIO



Para que se permita outros pactos pelo ofício, essa inscrição objetiva esculpir, marcar uma história não oficial como possibilidade de significar o caráter coletivo do trauma da Covid-19, assim como desindividualizá-la. Trata-se deste meio a ser construído, criado, em sua condição-limite, o que, de modo paradoxal, aponta para os trans(borda)mentos dessa experiência. Trans(borda)mentos que denunciam a própria violação dessa fronteira na relação com o outro quando somos tomados por essa experiência, e trans(borda)mentos que nos convocam à luta para criar outras bordas, bordar novas linguagens coletivas para se dizer, como a prática do testemunho.

Enquanto docentes se questionam e perpetuam seus pensamentos, seus corpos insistem em não desconectar, parecendo haver uma insistência do agir, ainda que sinais de sofrimento lhes abatam. Há que se produzir testemunho de modo a tecer um lastro coletivo que acione, como diz Haraway (2023), modos de viver e de morrer junto, formar um tipo de espaço/tempo para seguir com esse problema e manter um ritmo de dar e receber, apresentando seu conceito de responsa-habilidade (Galindo; Silva; Lemos, 2021). Ficar com o problema, para Haraway (2023), é possível pelos pensamentos coletivos, evitando as (in)diferenças diante da magnitude do problema que vivemos.

Trans(borda)mentos no real do trabalho, quando cabe às trabalhadoras criar e sustentar esse meio e suas infidelidades, ficar com o problema como defende Haraway, ao mesmo tempo que a dimensão do trauma (o que transborda) irrompe as experiências de acordo com a singularidade do seu processo e sua possibilidade de testemunhar. Trata-se do testemunho que a dimensão clínica do trabalho pode constituir por meio do trabalho coletivo, a fim de fortalecer o coletivo de trabalho, sendo este o gênero profissional.

A função psicológica do trabalho para Clot (2006) pode ser perdida quando a atividade concreta (individual e coletiva) não é mais fonte de alteridade, iniciativa e criatividade. Em diálogo com





SUMÁRIO



Vygotsky e Deleuze, Clot (2011) defende que o trabalho, assim como a arte, é um meio privilegiado de fazer a diferença, em razão das divergências e deslocamentos que provoca. Relativamente ao trabalho, podemos pensar que esse "gap" do trauma deve ser tecido pelo trabalho coletivo, como meio de fortalecer seu gênero profissional, a fim de que outros modos sejam possíveis na e pela história do ofício.

Trata-se de criar espaços/tempos de testemunhar os enfrentamentos das infidelidades do meio, experimentados em corresponsabilidade, criando respostas hábeis, como indica Donna Haraway quando narra as urgências do que vivemos no presente. Assumimos coletivamente a responsabilidade de continuar fazendo algo com aquilo que foi feito pela colega de trabalho na situação, continuando sua história. Se não seguirmos compartilhando, entregando ao outro essas experiências das infidelidades do meio, reagindo aos acontecimentos na criação de meio para agir, os efeitos das práticas violentas continuarão a ser cravados em corpos-trabalhadoras de modo individualizante (no apagamento da experiência e da história), impossibilitando a criação de novas normas, de um fazer outro, que depende da sua dimensão coletiva, ou, ainda, da estilização do gênero profissional.

Infidelidades em um tempo do traumático que não é experienciado quando ele ocorre e que ressoa em outros lugares, outro tempo, outra experiência (Perrone; Moraes, 2014) e exige sua transmissão como criação e tradução pelos atos do ofício e para o ofício, nossa capacidade de reagir aos acontecimentos - respostas hábeis, para Haraway (2023) - e que podemos entender aqui como a expansão do nosso poder de agir. Fazer durar as tensões e questões que se colocam ao ofício, é modo de cuidá-lo e de não deixá-lo morrer, ou seja, cuidar da vida e da saúde das trabalhadoras por meio do cuidado do ofício (Clot, 2013). Diante da subtração do tempo e dos espaços de compartilhamento, é preciso meio para colocar questões ao ofício, em uma retomada do seu movimento. O repensar – a dimensão do novo enquanto algo que dá movimento ao pensamento – como





SUMÁRIO



o que coloca questões ao ofício de modo insistente é proposto aqui por meio de uma troca necessária proposta pelo testemunho.

Nesse sentido, ao criar e compartilhar outros modos, docentes criam laços que permitem reconhecimento. Por meio do ofício, se transmite o reconhecimento de si e do outro, se produz essa relação ser ou não ser, e aponta para a impossibilidade de discernimento da dicotomia produzida e agravada pelo neoliberalismo do que "é meu" e "não é meu". O reconhecimento de si e do outro e a produção do ser ou não ser meu, no âmbito do ofício, se dá no interstício de um meio a ser gerido que inclui os gestos do trabalho, a exemplo do olhar que é prejudicado em tempos de Covid-19. O olhar como gesto é reconhecimento do outro, produz o "ser" ou o "não ser", como referem Perrone e Moraes (2014); é modo de ação por entre poder e resistência. Trata-se de um certo modo de olhar que é ato de trabalho, quando o olhar é agir, no real do trabalho, por entre as relações de poder e violências que lhe atravessam. O olhar que é gesto que alcança, gesto atento à existência do ser/não ser. É meio de sustentar a ligação entre os corpos, evitar sua ruptura, é criação de meio para viver.

A necessidade de inscrição de um trauma coletivo na história do ofício exige o narrar, a escuta, o olhar, o gesto; implica que as trabalhadoras relatem o que e como elas fazem enquanto trabalham diante das emergências que se apresentam pela pandemia de Covid-19. Em meio a esse contexto, a atividade das trabalhadoras trans(borda)m os limites do que pode se entender como pertencente ao trabalho, ao tentarem discernir seus espaços, tempos e afecções, quando suscitadas a encontrar modos de gerir tais situações. O espaço de compartilhamento é caminho de construção subjetiva, de dar sentido ao que se vive e de denunciar e (re)compor espaços de memória do trauma coletivo e das violências, nesse contexto. Esses espaços de testemunho entre as trabalhadoras se oferecem como meio de luta e de vida, por onde é preciso seguir.





SUMÁRIO



É PRECISO SEGUIR CONTANDO, SEGUIR NARRANDO...

> *Toda distopia mantém um rasgo utópico. Sendo assim, olho – vamos olhar juntos e juntas! – para o prédio da escola (cheio de marcações no chão, setas de ir e vir, potes de álcool em gel) e repenso o que é ser quem sou, professora.*
>
> ***https://www.ufrgs.br/memoriadooficiodocente/rs-narrativa-de-atwood-a-distopia-e-aqui/***

Propor o testemunho como método para a defesa do ofício, é entendê-lo enquanto ato contínuo, através do qual seja possível manter viva a memória e criar novos meios para seguir trabalhando e existindo. Fazê-lo por pesquisa que oferece uma plataforma digital e rodas de conversa como território para produzir memória, cujo método também é criado pela emergência de se produzir saúde no e pelo trabalho, nos provoca desafios presentes e futuros de fomento de coletivo e de defesa do ofício e da saúde pelo trabalho.

Ao clínico do trabalho coube facilitar os espaços coletivos de (co)criação e (re)fabricação diante do relato, por onde propusemos o exercício de retirada da posição de enunciado (repetição do depoimento, com ou sem a ab-reação do afeto) e de construção de uma caminhada em direção ao testemunho que parte da enunciação e abarca narrativa, escuta, acolhimento e implicação. Afirmamos uma clínica do trabalho pensada enquanto testemunho que permite novos elementos para sua análise e intervenção, em meio a uma experiência subjetiva e de sofrimento no trabalho produzida pela pandemia de Covid-19 e pelas violências necropolíticas que a acompanharam.

Presenciamos a insistente produção discursiva por governantes do que "dá certo" e do que "não dá certo", ambas no intuito de sustentar uma história oficial. Na perspectiva da história do ofício,





SUMÁRIO



ambas se querem pelo poder de agir das trabalhadoras que difere, que "queira manter o meio aberto – a história do ofício em narração, mais do que uma história narrada –, no lugar de propor um mundo específico no qual chegar" (Fernandes, 2017, p. 78). Aqui, "o dar certo" e "não dar certo" diz da experiência de correr os riscos da gestão do trabalho, naquelas condições se constrói enquanto conflito e testemunho, e que possibilita sustentar o meio para a narração e a transmissão, a fim de dar continuidade ao trabalho coletivo e ao coletivo de trabalho necessários para seguirmos e não sucumbirmos.

O fazer ético é condição para o ofício e, assim, exige a manutenção da afetação dos corpos, uma vez que sua privação se apresenta como a degeneração do agir, como corte subjetivo, em uma prática que perde seu sentido e o reconhecimento pelo trabalho, abalando sua função psicológica e política. Afinal, é ético todo ato que expande a potência de ação coletiva e não que a constrange. Nesse sentido, a história do ofício é construída por meio da regeneração, por práticas testemunhais que permitam a capacidade problematizadora da escuta e da fala, da escrita e do gesto, a fim de sustentar o poder de agir das trabalhadoras. Entendemos, em diálogo com Seligmann-Silva (2022), o testemunho como chave ética, uma nova ética como responsabilidade e cuidado, e como possibilidade de uma resposta hábil por acolher e fazer algo com aquilo que o outro me entrega, a fim de expandir sua potência, conforme o conceito de *respons-ability* de Haraway (2023).

Dedicamo-nos à discussão do testemunho que remete às problemáticas da clínica do testemunho e que aqui adquirem nuances particulares em suas especificidades quando da análise da experiência pelo trabalho. O testemunho é apresentado como ferramenta para a criação de meio para a ação das trabalhadoras, visto que tanto o contexto pandêmico quanto outros acontecimentos violentos, incidem fortemente sobre o coletivo de trabalho, que é condição para fazer viver o ofício e para a saúde das trabalhadoras. Propomos o





SUMÁRIO



testemunho como método para a defesa do ofício, como ato contínuo, através do qual seja possível manter viva a memória e criarmos novos meios para trabalhar e existir.

As escritas na plataforma aqui são modo de viver a potência, manter vivo o contágio produzido na relação entre as docentes. É pela necessidade de se inscrever o trauma coletivo e as violências que o acompanham na Covid-19 que surge o testemunho, seja de modo oral, escrito, artístico ou imagético, para a produção de uma nova ética para pensar a humanidade e as relações, em novos pactos de responsabilidade. O testemunho se refere a uma história viva, como resistência ao engessamento, quando se propõe o arquivamento das suas histórias, como as forças governamentais que ali se apresentavam. No intuito de produzirmos uma memória política que sirva à vida, no contexto de um ofício atravessado pela Covid-19, faz-se urgente narrar e contar sua história, considerando que a narrativa e o testemunho são ferramentas políticas para dizer e fazer viver o ofício.

Nesse sentido, a clínica do testemunho se coloca enquanto método de resistência e manutenção da dimensão viva do trabalho, uma vez que é ferramenta de re(liga)mento, de cuidado e de possibilidade de sustentar o problema. Se o trauma coletivo faz parte da pandemia de Covid-19 e a impossibilidade do coletivo favorece sua dimensão traumática, o agir pelo e para o ofício nos exige um trabalho por entre narrativas que permitam estabelecer essa ponte com o outro. Testemunho como espaço para dizer, possibilidade para poder agir, pela criação de uma nova linguagem, de modo coletivo, ao que vem sendo experienciado na pandemia. Trabalho testemunhal como atividade clínica do trabalho, que diz de uma possibilidade de enlutar-se com, de novos pactos de responsabilidade. Não romper com a ética do cuidado e com a manutenção da saúde, por entre o cuidado do outro e de si, pelo cuidado do ofício, que se constrói na luta pela saúde e pela vida. Tentativas de manter





SUMÁRIO



o ofício vivo, quando não quer ceder à sua mortificação. Para isso, é preciso seguir contando, seguir narrando... Sim, professora, conforme nos convoca no final de sua história distópica, vamos olhar juntas para o que nos aconteceu, para o presente que nos punge e para o futuro que nos aguarda.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda; ROCHA, Cháris; BRITO, Janaína; BARROS, Maria Elizabeth. A narrativa como dispositivo metodológico em clínicas do trabalho. *In*: **5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa em Saúde**. v. 2. Porto: CIAIQ, 2016.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio da relação do corpo com o espírito. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BETTS, Jaime. Trauma e Testemunho: considerações sobre o conceito de reparação psíquica diante da violência de Estado. *In*: CLÍNICAS DO TESTEMUNHO RS E SC. **Por que uma clínica do testemunho?** Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018.

BORGES, Hélia. **A clínica contemporânea e o abismo do sentido**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CLOT, Y. **A função Psicológica do Trabalho**. RJ: Vozes, 2006.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Yves. Clínica do trabalho e Clínica da atividade. *In*: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Orgs.). **Clínicas do trabalho:** novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Artesã, 2011.

CLOT, Yves. O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. especial 1, p. 1-11, 2013.

CLOT, Yves. Vygotski avec Spinoza, au-delà de Freud. **Revue philosophique de la France et de l'étranger**, v. 2, pp. 205-224, 2015.





SUMÁRIO



DELEUZE, Gilles. Controle e devir. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DUNKER, Christian; PERRONE, Cláudia; IANNINI, Gilson; ROSA, Miriam Debieux; GURSKI, Rose. (orgs). **Sonhos confinados**: O que sonham os brasileiros em tempos de pandemia. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FERNANDES, Daniel Rodrigues. **Trabalhar em saúde:** por entre recriações de normas, a deserção como afirmação de uma política. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes; SILVA, Fábio Henrique Martins da; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. Feminismos ciborgues em uma cama de gato, ciência e saberes coletivos universitários de mulheres. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 16, n. 3, 2021.

HARAWAY, Donna J. **Ficar com o problema:** fazer parentes no chthluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

INDURSKY, Alexei Conte; KVELLER, Daniel Boianovsky. Anistia, testemunho e reconhecimento. *In*: CLÍNICAS DO TESTEMUNHO RS E SC. **Por que uma clínica do testemunho?** Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018.

LÓPEZ, Maximiliano Valério. O conceito de experiência em Michel Foucault. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 42-55, jul./dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.17058/rea.v19i2.2367. Acesso em: 30 set. 2024.

PERRONE, Claudia; MORAES, Eurema Gallo de. Do trauma ao testemunho: caminho possível de subjetivação. *In*: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. **Clínicas do testemunho:** reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

REFOSCO, Lísia da Luz; LARA, Luciana Maccari. Olhar, ver, escutar, reparar: uma abordagem psicanalítica do conceito de reparação. *In*: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. **Clínicas do testemunho:** reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

ROCHA, Charis Telles Martins da; AMADOR, Fernanda Spanier. A respeito do conceito de experiência na clínica da atividade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 2, 2018.





SUMÁRIO



ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição:** notas para uma vida não cafetinada. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SADE, Christian; FERRAZ, Gustavo Cruz; ROCHA, Jerusa Machado. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia (orgs.). **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum. v. 2. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, v. 30, p. 71-98, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Claudia Osorio da; AMADOR, Fernanda Spanier; OLIVEIRA, Tatiane. Clínica da atividade e análise institucional: intercessões possíveis. **Periódico Horizontes**. Itatiba, v. 39, n. 1, p. 1-21, 2021.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

VILELA, Eugénia. Do Testemunho. **Princípios: Revista de filosofia**. Natal, v. 19, n. 31, p. 141-179, 2012.